



Entre pesquisa, educação legislativa e aprendizados na administração pública: experiências de Parlamento Aberto em Câmaras Municipais de Santa Catarina

Between Research, Legislative Education, and Learning in Public Administration: Open Parliament Experiences in Municipal Councils of Santa Catarina

Entre investigación, educación legislativa y aprendizajes en la administración pública: experiencias de Parlamento Abierto en Cámaras Municipales de Santa Catarina

GT01 - Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas

Laura Josani Andrade Correa, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
Francini Rensi Schmitz, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
Ana Depizzolatti, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
Luan Bernardo Neto, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
Isabelli Carolina Fabiano, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

RESUMO

Este relato técnico analisa a implementação do projeto Parlamento Aberto em Câmaras Municipais de Santa Catarina, abordando transparência, participação cidadã, prestação de contas, inovação pública e educação legislativa. O objetivo consistiu na cocriação de metodologia voltada ao desenvolvimento de capacidades institucionais no Legislativo municipal. A pesquisa adotou abordagem exploratória, com análise documental, entrevistas e escuta de parlamentares e servidores. A iniciativa foi desenvolvida por equipe multidisciplinar, em arranjo interinstitucional, envolvendo órgãos públicos, universidade, associações de vereadores e organização da sociedade civil. Os resultados indicaram ampliação do compartilhamento intermunicipal de práticas de transparência, fortalecimento da atuação do vereador como articulador e sistematização de metodologia associada à educação legislativa. Considerando o conjunto de resultados, entregas, produtos e aprendizados, o projeto impulsionou iniciativas de abertura e inovação nos diferentes poderes, subsidiando a formulação de projeto de extensão de Estado Aberto em Santa Catarina.

Palavras-chave: pesquisa; administração pública; parlamento aberto; educação legislativa; poder legislativo local.

ABSTRACT

This technical report analyzes the implementation of the Open Parliament project in Municipal Chambers of Santa Catarina, addressing transparency, citizen participation, accountability, public innovation, and legislative education. The objective was the co-creation of a methodology aimed at developing institutional capacities within the municipal legislative branch. The research adopted an exploratory approach, including document analysis, interviews, and consultations with legislators and public servants. The initiative was carried out by a multidisciplinary team within an interinstitutional arrangement, involving public bodies, a university, associations of council members, and a civil society organization. The results indicated an expansion of intermunicipal sharing of transparency practices, strengthening of the councilor's role as an articulator, and systematization of a methodology associated with legislative education. Considering the set of results, outputs, products, and lessons learned, the project also fostered initiatives for openness and innovation across different branches of government, supporting the formulation of a State Open Government extension project in Santa Catarina.

Keywords: research; public administration; open parliament; legislative education; local legislative power.



RESUMEN

Este informe técnico analiza la implementación del proyecto Parlamento Abierto en Cámaras Municipales de Santa Catarina, abordando la transparencia, la participación ciudadana, la rendición de cuentas, la innovación pública y la educación legislativa. El objetivo consistió en la cocreación de una metodología orientada al desarrollo de capacidades institucionales en el poder legislativo municipal. La investigación adoptó un enfoque exploratorio, basado en análisis documental, entrevistas y consultas a legisladores y funcionarios públicos, en el marco de una iniciativa desarrollada por un equipo multidisciplinario en un arreglo interinstitucional. Los resultados evidencian la ampliación del intercambio intermunicipal de prácticas de transparencia, el fortalecimiento del desempeño del concejal como articulador y la sistematización de una metodología asociada a la educación legislativa, así como el impulso a iniciativas de apertura e innovación en los diferentes poderes, lo que contribuyó a la formulación de un proyecto de extensión de estado abierto en Santa Catarina.

Palabras clave: investigación; administración pública; parlamento abierto; educación legislativa; poder legislativo local.

1. Introdução

A agenda de parlamento aberto tem impulsionado a adoção de práticas de transparência, participação cidadã, prestação de contas e inovação pública nos parlamentos, em diálogo com o movimento de governo aberto e iniciativas internacionais de abertura institucional.

No contexto das agendas contemporâneas de governo aberto, o parlamento aberto pode ser compreendido como a incorporação, no legislativo, de princípios como transparência, participação, prestação de contas e colaboração (Bovens, 2007; OGP, 2021). Em síntese, o parlamento aberto envolve transparência e participação como dimensões da accountability democrática e do fortalecimento dos mecanismos de controle e responsabilização institucional (Bovens, 2007; Dubnick & Frederickson, 2011).

A educação legislativa, compreendida como prática de mediação entre instituições legislativas e sociedade (Cosson, 2008; Macedo, 2025), congrega formação cidadã e fortalecimento institucional. Assim, a educação legislativa assume caráter estratégico ao articular o desenvolvimento de capacidades institucionais e a mediação entre diferentes níveis de governo e atores sociais. Por meio de uma abordagem suprapartidária, a educação legislativa conecta legislativos estaduais e municipais ao promover espaços de formação conjunta, fortalecendo associações de câmaras municipais, qualificando a atuação dos parlamentares e favorecendo práticas colaborativas orientadas à melhoria da gestão pública.

Neste trabalho, governo aberto, parlamento aberto e educação legislativa são mobilizados como enquadramento analítico para interpretar a experiência empírica desenvolvida no projeto. No âmbito do Poder Legislativo municipal, a incorporação dessas práticas apresenta desafios relacionados às condições administrativas das Câmaras, à disponibilidade de recursos técnicos e à organização institucional dos parlamentos locais.

Nessa conjuntura, foi desenvolvido o projeto interinstitucional Parlamento Aberto em Câmaras Municipais de Santa Catarina, concebido como pesquisa aplicada relacionando administração pública e educação legislativa, a partir da construção coletiva de uma metodologia de formação-pesquisa-ação.

O projeto foi realizado pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), em parceria com o Grupo de Pesquisa Politeia (Esag/Udesc), órgãos de controle estaduais, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan), associações de câmaras municipais, Associação dos Vereadores do Vale do Itapocu (Avevi) e Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), e a organização da sociedade civil Act 4 Delivery. A iniciativa reuniu pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, resultando em uma abordagem multidisciplinar da ação.

A iniciativa foi estruturada com base na articulação de relações socioestatais e na educação legislativa como mecanismo de aprendizagem institucional. Como resultado, foram desenvolvidos instrumentos democráticos e dispositivos de interação entre o Estado e a sociedade.

O texto consiste em um relato técnico de experiência aplicada, voltado à descrição de processos, entregas e resultados. A fundamentação teórica atua como enquadramento analítico para a interpretação da experiência.

2. Origem do projeto Parlamento aberto em Santa Catarina

O projeto Parlamento Aberto foi desenvolvido entre 2023 e 2025 em Câmaras Municipais vinculadas à Associação dos Vereadores do Vale do Itapocu (Avevi) com sete municípios e à Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc) com trinta e cinco municípios.

RELATO TÉCNICO

A iniciativa foi estruturada a partir da articulação entre a Escola do Legislativo da Alesc, o Grupo de Pesquisa Politeia da Esag/Udesc, órgãos de controle estaduais, associações regionais de câmaras municipais e organização da sociedade civil.

O projeto foi concebido com o objetivo de apoiar a implementação de práticas de parlamento aberto em Câmaras Municipais, com foco em transparência, participação cidadã, colaboração e inovação. As atividades foram realizadas em municípios vinculados às duas associações regionais, pesquisadores e servidores das instituições envolvidas, envolvendo vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

3. Metodologia de formação-pesquisa-ação do projeto Parlamento Aberto

O projeto Parlamento Aberto foi desenvolvido a partir de uma metodologia de formação-pesquisa-ação, com princípios da educação legislativa, da construção democrática, e principalmente, dos conceitos de transparência, accountability e participação, associados à agenda de abertura de parlamentos e governos.

A metodologia foi organizada em etapas complementares, presenciais e remotas, incluindo diagnóstico participativo, construção colaborativa de propostas de intervenção combinadas a atividades formativas. A metodologia também buscou reduzir a distância entre conceitos técnicos e a prática institucional, utilizando linguagem simples e estratégias pedagógicas participativas. Esse enfoque permitiu a adaptação de conceitos associados à agenda de abertura do legislativo em práticas compreensíveis e aplicáveis ao cotidiano das Câmaras Municipais, favorecendo a incorporação progressiva dos princípios de transparência, participação e integridade nas rotinas institucionais.

Ao articular formação institucional, cooperação intermunicipal e construção de propostas de intervenção contextualizadas, a metodologia adotada contribuiu para ampliar a atuação das associações de câmaras municipais como espaços de aprendizagem intermunicipal e coordenação territorial, reforçando a inserção do poder legislativo local nos processos de desenvolvimento territorial.

Assim, a abordagem adotada estrutura a análise da experiência nas dimensões de participação, transparência e interação socioestatal.

4. As etapas de implementação

4.1 A região da Avevi

Na região piloto, correspondente à Avevi, o processo teve início com uma visita de sensibilização sobre transparência nas Câmaras Municipais, seguida do evento de lançamento do projeto, na Câmara do município de Jaraguá do Sul, em março de 2024. Foram conduzidas, aproximadamente, 30 entrevistas, com vereadores e servidores das Câmaras e profissionais envolvidos no tema da educação, foram realizadas em três etapas de diagnóstico e coconstrução, complementadas por reuniões remotas destinadas ao aprofundamento das análises institucionais. Após essa etapa, foi realizada a primeira oficina presencial. Entre as duas oficinas, a equipe organizou uma palestra voltada à integração de novos vereadores, uma vez que houve o período eleitoral, posteriormente, a segunda oficina presencial foi realizada pelo grupo. Finalizando os trabalhos com a reunião de encaminhamentos. A Figura 1 apresenta as etapas da região da Avevi.



Figura 1: Relatório da Avevi, etapas do projeto.

Fonte: Braun Neto et al, 2025.



4.2 A região da Acamosc

Na segunda etapa do percurso, na região Oeste, da Acamosc, também foi realizada uma visita de sensibilização sobre transparência nas Câmaras Municipais. Em seguida, ocorreram 2 oficinas presenciais e diversas reuniões remotas para entrevistas, diagnósticos e avaliações institucionais.

O ponto central do desenvolvimento das etapas e da atuação na Acamosc foi contar com a experiência do grupo na região anterior, a Avevi. Então, as etapas foram conduzidas tendo como referência aprendizagens e experiências anteriores. Assim, na construção dos critérios para a seleção de temas das propostas de intervenção, buscou-se atender às expectativas dos envolvidos em relação ao produto final das oficinas, evitando frustrações caso o problema identificado não estivesse diretamente relacionado às competências legislativas. Outro ponto de atenção foi garantir a representatividade regional, considerando que a Acamosc abrange municípios de diferentes portes e que o tamanho do município poderia influenciar as decisões.

Ao final de 2025, o grupo realizou uma reunião virtual de encaminhamentos finais das atividades com representantes das duas regiões. Em 2026, ocorreu um encontro remoto específico para validação dos materiais produzidos em linguagem simples com um grupo focal de vereadores. Em março de 2026, teve início a etapa de organização, sistematização e produção de conhecimento, seguida pela divulgação comunicacional e científica dos resultados da experiência.

5. Diagnóstico participativo

Na fase anterior à realização dos diagnósticos, uma região por vez, a equipe de pesquisa coletou dados destacando as principais características dos municípios vinculados às associações Avevi e Acamosc. Os relatórios dessa etapa reuniram informações para o desenvolvimento das atividades, incluindo o histórico das associações, um levantamento inicial sobre a transparência nas Câmaras Municipais e aspectos dos municípios como fatores socioeconômicos, culturais e demográficos.

No caso da Avevi, também foram considerados alguns levantamentos sobre a educação que apareceu com maior frequência na sensibilização e no lançamento, ainda anteriores à fase de diagnóstico. Já na região da Acamosc, o cooperativismo apareceu como uma característica recorrente (Braun Neto, 2026). Para essa etapa, manteve-se o mesmo padrão de análise adotado na região anterior, com a apresentação de dados básicos sobre os municípios participantes.

Após o compartilhamento e o debate sobre os relatórios por região, o grupo já contava com as primeiras impressões de representantes de cada associação, no retorno da sensibilização e do lançamento do projeto. Com base nesse conjunto de informações realizou-se uma oficina para a coleta de dados no diagnóstico.

Na Avevi, as entrevistas foram realizadas em duplas e, em alguns casos, individuais. A maior parte das interações aconteceu presencialmente, com poucas reuniões remotas. Na Acamosc pelo fato de ser mais distante e ter uma quantidade bem maior de municípios, as entrevistas remotas foram predominantes.

A primeira etapa da construção da metodologia consistiu na realização de um diagnóstico participativo junto às Câmaras Municipais vinculadas às associações do Vale do Itapocu e do Oeste, o desenvolvimento das etapas do projeto não foi simultâneo. Começamos com a Avevi e na finalização da primeira região, a equipe iniciou com a Acamosc. Essa etapa buscou identificar desafios institucionais relacionados à transparência, participação cidadã e articulação territorial, bem como compreender as condições administrativas e organizacionais das câmaras municipais participantes.

A avaliação da situação foi realizada por meio de oficinas presenciais, reuniões técnicas e atividades de escuta com vereadores e servidores, identificando problemas enfrentados no cotidiano. Essa etapa possibilitou mapear dificuldades para a implementação de práticas de parlamento aberto, incluindo limitações técnicas, restrições de pessoal e dificuldades de comunicação com a sociedade. O diagnóstico revelou desafios comuns e incentivou a troca de experiências entre os municípios.

Essa dimensão intermunicipal foi relevante para a metodologia, evidenciando uma perspectiva territorial e não apenas institucional. A aplicação da avaliação participativa também contribuiu para a construção de um ambiente de confiança entre os participantes, favorecendo a participação e a colaboração nas etapas posteriores do projeto. Os desafios identificados no diagnóstico participativo orientaram a definição dos eixos estruturantes de intervenção, contextualizadas ações às necessidades reais das Câmaras Municipais.

6. Cocriação de Propostas de Intervenção nas Câmaras da Avevi e Acamosc

A ação foi desenvolvida por meio de oficinas com representantes das Câmaras da Avevi e da Acamosc, voltadas à elaboração de propostas de intervenção alinhadas aos princípios do Parlamento Aberto. A cocriação de propostas de intervenção constituiu um dos elementos centrais da metodologia adotada na iniciativa. Em vez



RELATO TÉCNICO

de partir de modelos previamente definidos, o projeto buscou desenvolver encaminhamentos a partir das experiências concretas de vereadores e servidores das Câmaras Municipais participantes e Secretarias de Educação, no caso da Avevi, considerando as especificidades institucionais e territoriais de cada região.

O processo foi estruturado com base na lógica da formação-pesquisa-ação, integrando momentos de reflexão conceitual com atividades práticas orientadas à identificação de problemas e à elaboração de propostas viáveis para o contexto dos municípios. Estas propostas foram desenvolvidas coletivamente durante as oficinas realizadas junto às associações regionais de câmaras municipais (Avevi e Acamosc), permitindo a troca de experiências entre municípios e a construção de encaminhamentos adaptados às realidades locais.

O tema do parlamento aberto, se apresentado de forma técnica, com termos especializados, pode dificultar sua aplicação no cotidiano das Câmaras Municipais. Legisladores e assessores reconhecem a importância de princípios como transparência, participação cidadã e integridade, mas nem sempre dispõem de referências práticas para incorporar essas ideias às rotinas institucionais, especialmente em municípios com estruturas administrativas reduzidas e limitações estruturais.

Por essa razão, o projeto adotou uma abordagem orientada ao aprendizado a partir da experiência, trabalhando com situações reais e estimulando a construção conjunta de propostas de intervenção. Para facilitar a compreensão dos participantes, um público heterogêneo, nem sempre familiarizado com os conceitos como parlamento aberto, governança e fundamentos da administração pública, utilizou-se a metáfora da “cozinha”, na qual ideias, experiências e ferramentas foram combinadas como ingredientes na elaboração das propostas de intervenção, reforçando a inovação e a produção colaborativa do processo e do conhecimento relacionado a metodologia.

A metáfora expressa o caráter prático e incremental do projeto. Esse processo colaborativo permitiu transformar conceitos associados à agenda de abertura institucional em propostas de intervenção concretas, formuladas a partir das necessidades identificadas pelos próprios participantes.

Além da elaboração das propostas, o processo colaborativo estimulou a troca de experiências entre municípios e o reconhecimento de desafios comuns no contexto do poder legislativo local. As associações regionais de câmaras municipais constituíram espaços relevantes de diálogo e aprendizagem intermunicipal, permitindo que as propostas de intervenção fossem discutidas coletivamente e ajustadas às diferentes realidades institucionais.

A formulação colaborativa de propostas de intervenção contribuiu para ampliar a compreensão da função dos vereadores como articuladores territoriais, capazes de mediar demandas sociais, políticas públicas e iniciativas institucionais tanto municipais como intermunicipais.

Nesse sentido, o processo metodológico adotado favoreceu a integração entre educação legislativa, relações socioestatais e transparência destacando a centralidade do Legislativo na construção democrática e na coordenação da governança pública local.

Os aprendizados decorrentes da elaboração colaborativa das propostas retroalimentam os eixos de intervenção previamente estabelecidos, educação legislativa e participação cidadã, transparência, integridade, estruturando este ciclo metodológico do projeto e preparando a análise dos resultados obtidos no projeto piloto em Santa Catarina.

7. Resultados

A implementação do projeto também gerou resultados que vão além das atividades de cocriação das propostas que também eram formativas realizadas com as Câmaras Municipais.

A experiência possibilitou articulações institucionais, intercâmbios entre municípios, diálogo com órgãos de controle e participação em espaços nacionais e internacionais de debate sobre inovação e governo aberto.

O quadro a seguir apresenta alguns desses desdobramentos. Esses resultados indicam que a articulação interinstitucional ampliou as possibilidades de implementação de práticas de transparência que podem estimular uma mudança cultural e aumentar a participação no Legislativo municipal.

RELATO TÉCNICO

Compartilhamento de boas práticas entre municípios	Realização de reunião remota com a Prefeitura de São Paulo para conhecer a plataforma Fila na Creche e debater sua relação com práticas de governo aberto. As trocas de boas práticas envolveram municípios como Barra Velha, Guaramirim e Corupá, sobre modelos de fila única e transparência no acesso às vagas.
Articulação interfederativa e intermunicipal	Promoção de espaços de diálogo entre vereadores da Avevi, Secretarias de Educação, órgãos de controle e outros atores institucionais.
Conexão com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC)	Participação de auditor do TCE/SC nas oficinas regionais e estabelecimento de conexão institucional com o tribunal. As interações geraram orientações aos municípios sobre a gestão das filas na educação infantil, fortalecendo o papel do Legislativo municipal na promoção da accountability.
Articulação com o Governo Federal	Apoio à inclusão da Secretaria de Educação de Guaramirim como município piloto do novo módulo de Educação Infantil do Programa MEC Gestão Presente.
Encontro Internacional EquiGov	Equigov: Equidade nos serviços públicos por meio de governos e parlamentos abertos, relatos e reflexões. Participação de instituições parceiras, como Udesc e Alesc, em evento realizado em Florianópolis, 2024.
Inserções nacional e internacionais	O projeto foi finalista do Prêmio ABEL 2025, na categoria Inovação, devido a originalidade e a coprodução de serviços públicos no Poder Legislativo. Apresentação do trabalho “Parlamento Aberto: inovação nas Câmaras de Vereadores catarinenses” no I e II ‘Congreso Internacional Estado Abierto y Gobernanza’, promovido pela Rede Acadêmica de Governo Aberto (RAGA Internacional) realizado na Costa Rica, em 2024 e na Espanha, 2025. Participação na IX Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto (OGP Global Summit 2025), na Espanha, junto com a segunda edição do congresso.

Quadro 1: síntese dos resultados do projeto.

Fonte: Acervo Institucional do Projeto Parlamento Aberto (2025).

8. Produtos

O projeto entregou como produtos os materiais elaborados pelo grupo de pesquisadores parceiros, as publicações passaram por uma revisão crítica para adaptação à linguagem simples.

Dentre eles estão, os relatórios técnicos, um por região, a cartilha para vereadores sobre o parlamento aberto, o relatório geral apresentado à Fapesc, o relatório metodológico, o relatório de entregas, vídeos de divulgação, cobertura jornalística e artigos científicos.

A figura 2, registra o relatório da Acamosc que mostra as etapas e as propostas cocriadas nas oficinas realizadas com vereadores, servidores e a equipe interinstitucional e multidisciplinar da pesquisa.



Figura 2: Capa e página do relatório da Acamosc, destacando os critérios de seleção dos temas nas oficinas de cocriação. Fonte: Araujo et al, 2025.

Outro produto foi a cartilha, concebida para a orientação metodológica para a implementação de práticas de Parlamento Aberto nas Câmaras Municipais. A publicação visa ofertar possibilidades de aplicação da experiência.

O material apresenta a Carta aos Vereadores, uma síntese sobre o Parlamento Aberto, as etapas do projeto, as características de cada região, a metodologia em “Como fizemos”, as formas de aplicação em “Casos para servir de exemplo”, os desafios, os próximos passos e os contatos com os parceiros em “Fale com a gente”.

Em seguida, a figura 3 mostra a cartilha, com caminhos para as práticas de transparência, integridade, participação e colaboração no Poder Legislativo municipal.



Figura 3: Capa e sumário da Cartilha Parlamento Aberto, a publicação apresenta propostas de transparência.
Fonte: Acervo Institucional do Projeto Parlamento Aberto (2025).

Um outro produto foi a metodologia, estruturada em linguagem simples, utilizando a metáfora da cozinha apontando alternativas e reflexões para realizar as atividades de parlamento aberto nas Câmaras de vereadores.



Figura 4: A metodologia, a publicação apresenta propostas de transparência a partir de figuras de linguagem.
Fonte: Guerzovich et al. (2026).

Aprendizados da experiência

Embora estruturado como relato técnico, o presente trabalho sistematiza resultados da pesquisa aplicada desenvolvida em parceria interinstitucional, buscando oferecer contribuições ao campo da administração pública e da governança pública. A experiência indicou como processos de educação legislativa orientados pela agenda de parlamento aberto podem operar como mecanismo da construção de capacidades institucionais no Legislativo local, em suas interfaces com outros Poderes e níveis de governo e a sociedade.

- Perspectiva teórica: sistematização da relação entre governo aberto, parlamento aberto e a perspectiva de Estado Aberto.
- Produção de conhecimento aplicado nos moldes da pesquisa-ação: a pesquisa adotou uma abordagem de formação-pesquisa-ação, gerando entregas das propostas de intervenção e da metodologia de transparência, participação e colaboração em Câmaras de Vereadores.
- Aprendizado metodológico: oferece uma metodologia para aplicação em legislativos locais.
- Experiência aplicada para políticas públicas: integração entre academia, parlamento e órgãos de controle em processos de governança pública. Ao articular os parceiros envolvidos, o projeto oferece um arranjo de coprodução institucional de capacidades públicas.

As contribuições evidenciam que a educação legislativa orientada pela agenda de abertura do poder legislativo pode operar como vetor de qualificação institucional no Legislativo municipal. O próximo passo consiste em apresentar recomendações práticas que sistematizam os aprendizados que possam orientar futuras ações em Câmaras Municipais.

9. Lições aprendidas e recomendação

Com base nos resultados obtidos e nas entregas do material produzido durante a execução do projeto, destacam-se algumas lições aprendidas e recomendações a partir do projeto Parlamento Aberto.

Esse conjunto de lições aprendidas visa estimular a produção do conhecimento sobre o Parlamento Aberto, nesta experiência, conectando formação-pesquisa-ação e articulação institucional. As lições registram e apontam propostas de intervenção para a transparência, a integridade, a participação, a colaboração, o controle social e a inovação.

Lições aprendidas a partir do Projeto Parlamento Aberto	
Manutenção da articulação territorial e interfederativa	Ampliar a rede regional de trabalho, incluindo municípios ainda não participantes das associações, como consórcios intermunicipais já existentes.
	Realizar encontros regionais periódicos para troca de experiências e monitoramento das ações em questão.
	Desenvolver mapas interativos de gestão territorial, indicadores de desempenho e boas práticas, permitindo decisões coordenadas.
Capacitação de vereadores e servidores	A cartilha, produzida com linguagem simples, é o principal artefato de replicação. O glossário do Parlamento Aberto é um completo para padronizar conceitos e práticas.
	Promover oficinas e cursos contínuos em inovação legislativa, gestão pública participativa e uso de evidências na formulação de políticas.
	Criar plataformas digitais colaborativas para acompanhamento de boas práticas, indicadores e interação entre municípios.
Fortalecer a articulação institucional	Estabelecer protocolos formais de cooperação entre Assembleias, Câmaras Municipais, órgãos de controle e instituições federais.
	Incentivar participação contínua em redes nacionais e internacionais de governo aberto, promovendo benchmarking e troca de experiências.



RELATO TÉCNICO

	Garantir a devolutiva técnica estruturada aos municípios por meio de auditorias, oficinas e relatórios, qualificando a capacidade legislativa local e a transparência das decisões.
Criar, estabelecer e ampliar a inserção nacional e internacional	Sistematizar relatórios de impacto e boas práticas para submissão a premiações, congressos e publicações acadêmicas.
	Produzir versões bilíngues ou multilíngues da cartilha e relatórios, permitindo intercâmbio com experiências internacionais.
	Estabelecer parcerias com universidades, instituições internacionais e redes de governo aberto para fomentar inovação contínua e disseminação de conhecimento.
Registrar e Pesquisar: Projeto Parlamento Aberto	Posicionar a experiência como referência para integração local, construção democrática e poder local, destacando aplicabilidade em outros municípios e estados.
	Documentar e divulgar lições aprendidas, resultados obtidos e metodologias aplicadas, estimulando o compartilhamento de conhecimento.
	Incentivar a participação contínua em redes globais e nacionais de governo aberto, como OGP e RAGA, garantindo que a inovação de Santa Catarina e outros estados do Brasil promovam diálogo que amplie fronteiras do conhecimento e difunda melhores práticas internacionais.

Quadro 2: sobre os aprendizados do projeto.

Fonte: Acervo Institucional do Projeto Parlamento Aberto (2025).

10. Considerações, reflexões e aprendizados

A experiência do Parlamento Aberto em Santa Catarina evidencia que ações de parlamento aberto articuladas à educação legislativa e à cooperação interinstitucional entre academia, casas legislativas e órgãos de controle podem contribuir para a construção de capacidades institucionais voltadas à abertura e à qualificação da governança no Legislativo municipal, oferecendo referências para outros contextos.

A sistematização dessa trajetória evidencia aprendizados como o uso da Linguagem Simples para adaptar o vocabulário de temas técnicos às práticas organizacionais. Também apresenta os princípios da transparência, da integridade, da participação, da colaboração e da inovação como referências para as rotinas institucionais aplicadas à realidade das Câmaras Municipais.

Esse conjunto de conhecimentos sugere que Câmaras Municipais tecnicamente capacitadas e politicamente articuladas podem ter seus representantes como atores de atribuições estratégicas no pacto federativo. Também evidencia possibilidades de articulação com os demais poderes para a melhoria do serviço público.

A trajetória do projeto, apresentada na Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas e nos eventos internacionais, a *Open Government Partnership* e a *Red Acadêmica de Gobierno Abierto*, indica a experiência de parlamento aberto como contribuição para a pesquisa em administração pública.

A iniciativa evidencia perspectivas de integração institucional entre diferentes parceiros e caminhos para a transformação da cultura organizacional nas Câmaras de Vereadores, com vistas à incorporação da abertura legislativa como prática cotidiana. O projeto apresentou a experiência, as propostas de intervenção e a metodologia. A implementação desses elementos em avanços concretos depende da gestão e da governabilidade exercidas pelos vereadores que, em sua condição institucional, podem ampliar as práticas de Parlamento Aberto.

A atuação no desenvolvimento do projeto, articulada a outras iniciativas voltadas à abertura pública e à inovação nos diferentes poderes, em especial no legislativo, contribuiu para o início da construção de um projeto de estado aberto em Santa Catarina, envolvendo órgãos governamentais e organizações parceiras. Esse movimento evidencia a capacidade de iniciativas desenvolvidas no nível local de estimular mudanças na coordenação e na governança pública, com o parlamento aberto associado ao fortalecimento do estado e das instituições democráticas.



Agradecimentos

Nós, autores, agradecemos aos Presidentes da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Julio Garcia, e da Escola do Legislativo da Alesc, Deputado Mauro de Nadal, pelo suporte às atividades da Escola do Legislativo, em especial ao Projeto Parlamento Aberto. Também ao Diretor Alexandre Lencina Fagundes e à Coordenadora Mabel Coelho Lunardi, nosso agradecimento. Da mesma forma, registramos nosso reconhecimento aos integrantes do projeto nas instituições parceiras, incluindo professores e pesquisadores da Udesc, servidores da CGE e da Seplan, pesquisadores da ACT4Delivery, servidores da Fapesc, secretários executivos das associações Avevi e Acamosc, bem como colaboradores e estagiários da Escola do Legislativo, pelo apoio e participação nas iniciativas de Educação Legislativa do Parlamento catarinense.

Referências

- Araujo, V. M. de, Guerzovich, M. F., Schommer, P. C., Braun Neto, J., Correa, L. J. A., Espíndola, M. H. dos S., Santos, G. F. Z., Schmitz, F. R., & Depizzolatti, A. (Orgs.). (2025). *Parlamento aberto – Inovação e colaboração nas Câmaras de Vereadores Catarinenses: Relatório técnico. Sistematização de trabalho de pesquisa aplicada na região da Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc)*. Imaginar o Brasil.
- Bovens, M. (2007). Analysing and assessing accountability: A conceptual framework. *European Law Journal*, 13(4), 447–468. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>
- Braun Neto, J., Schommer, P. C., Araujo, V. M. de, Correa, L. J. A., Espíndola, M. H. dos S., Santos, G. F. Z., & Schmitz, F. R. (2025). *Relatório técnico de sistematização do trabalho de pesquisa aplicada na região da AVEVI: Dados em educação – transparência no acesso e gestão de vagas da educação infantil (filas de creches)* (Cadernos Politeia). Imaginar o Brasil.
- Cosson, R. (2008). *Escolas do Legislativo, escolas de democracia*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara. <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/636/149/1636149.pdf>
- Dubnick, M. J., & Frederickson, H. G. (2011). *Accountable governance: Problems and promises*. Armonk, NY: M.E. Sharpe.
- Guerzovich, F., Espindola, M. H. S., Correa, L. J. A., Schommer, P. C., Araujo, V. M., Braun Neto, J., Santos, G. F. Z., Silva, C. K., Fagundes, A. L., Schmitz, F. R., Depizzolatti, A., & Silva, K. V. (2026). *Cozinhando juntos: Metodologia de coprodução legislativa*. Imaginar o Brasil.
- Macedo, M. (Org.). (2025). *Princípios da educação legislativa e da escola do legislativo: Construindo democracias participativas* (1. ed.). Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL.